



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**

*Conselho de Recursos Tributários - CRT*

**1ª Câmara de Julgamento**

**RESOLUÇÃO Nº 54/2013**

**095ª SESSÃO ORDINÁRIA DE: 21/05/2013**

**PROCESSO Nº 1/1695/2011 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/2011.02268**

**RECORRENTE: R. R. DA SILVA MINIMERCADOS**

**RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**AUTUANTE: JEANNE ROLA GUIMARÃES**

**CONSELHEIRO RELATOR: ALEXANDRE MENDES DE SOUSA**

**EMENTA: ICMS - DEIXAR DE ENTREGAR AO FISCO DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAIS (DIEF). Auto de Infração Julgado Procedente.** A empresa deixou de entregar ao Fisco as DIEF'S - Declaração de Informações Econômico-Fiscais - relativa aos períodos de dezembro/2009 a dezembro/2010. Dispositivos Infringidos: Arts. 4º, inciso I, da IN nº 14/05 e Decreto nº 27.710/05. Penalidade inserta no art. 123, VI, alínea "e", item 1 da lei 12.670/96, alterada pela 13.633/2005 c/c a Lei nº 14.447/2009 Recurso oficial conhecido e não provido. Decisão por unanimidade de votos.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração descreve a seguinte acusação fiscal:

*"Deixar o contribuinte, enquadrado no regime de Normal de recolhimento de transmitir a declaração de informações econômico-fiscais - DIEF, quando abrigado, na forma e nos prazos regulamentares. A empresa deixou de transmitir as DIEF's dos meses de 01/01/2009 a 01/01/2010, devidamente intimada com prazo de 05 (cinco) dias, por esse motivo foi autuada conforme legislação do ICMS."*

Instrui o processo a Ordem de Serviço 2011.03570, Termo de Intimação 2011.02429, consultas DIEF e Aviso de Recebimento.

O autuante apontou como infringidos o Decreto nº 27.710/05 e Instrução Normativa nº 27/2009. Indicou como penalidade o art. 123, inciso VI, alínea “e”, Item 1 da Lei nº 12.670/96 alterada pela Lei 14.447/09.

O Processo foi julgado a revelia na Instância Singular oportunidade em que o monocrático após analisar as peças constitutivas do lançamento, declarou o Auto de Infração Procedente. Esclarece ainda que a mataria encontra-se regulamentada pela IN nº 14/2005, conforme § 1º, Inciso I.

Insatisfeita com a decisão condenatória proferida em Primeira Instância a empresa interpõe defesa recursal alegando não dispor de recursos financeiros para arcar com o pagamento da multa. Que as DIES solicitadas foram entregues após a autuação sem nenhum prejuízo para os cofres públicos. Requer ao final a nulidade do auto de infração 1/201102270-8

Consultoria Tributária através do Parecer nº 126/2013 , após afastar a nulidade suscitada opina pelo conhecimento do recurso voluntário, nega-lhe provimento no sentido de confirmar a Procedência do feito fiscal, nos termos do julgamento singular.

O representante da douda Procuradoria emite despacho as fls.33 dos autos confirmando o Parecer da consultoria tributária.

Em síntese é o Relatório.

#### **VOTO DO RELATOR**

O presente auto de infração denuncia descumprimento de obrigação acessória por parte da empresa R. R. DA SILVA MINIMERCADOS, em decorrência do não envio nos prazos regulamentares das DIFES dos meses de dezembro/2009 a dezembro/2010.

Contribuinte foi considerado revel na Instância Singular oportunidade em que o julgador monocrático declarou o feito fiscal Procedente, considerando que houve descumprimento a IN nº 14/2005 e do Decreto nº 27.710/05.

A Declaração de Informações Econômico-Fiscal - DIEF foi instituída em 14 de fevereiro de 2005, com o Decreto nº 27.710/05, devendo ser prestada à Sefaz, pelos contribuintes do ICMS, mensal, trimestral ou anualmente, dependendo do regime de recolhimento que esteja enquadrado, quer seja usuário ou não de processamento eletrônico de dados.

*“Art. 1º. Fica instituída a Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF), a ser prestada por contribuinte inscrito no CGF, ainda que não tenha havido movimento econômico.*

*Parágrafo Único: As normas complementares, condições,*

*forma de apresentação e prazo de entrega da Dief serão estabelecidas em ato do Secretário da Fazenda.*

*Art. 2º. Ficam revogadas, a partir de Janeiro de 2005, as Seções I e III do título II do livro Segundo do decreto nº 24.569/97, de 31 de julho de 1997”.*

Vale ainda ressaltar que é considerado como recebida a Declaração de Informações Econômico-Fiscal - Dief, quando validada e incorporada pelo sistema da Sefaz, conforme estabelece o artigo 5º, §2º, da Instrução Normativa nº14/2005.

*Art.5º(...)*

*§2º A entrega somente poderá ocorrer após o arquivo ser processado e validado sem erros pelo Programa da Dief.*

Dessa forma e considerando que o contribuinte não cumpriu com a entrega/envio das Dief's, relativa ao período de dezembro/2009 a dezembro/2010 nos prazos determinados pela legislação tributária, confirmo a procedência da acusação fiscal nos termos do julgamento singular.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, nego-lhe provimento para confirmar a decisão condenatória proferida na Instância Singular, nos termos julgamento singular e parecer da consultoria tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É como voto.

#### **DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

**Multa: 15 x 600 Ufircs = 9.000 Ufircs**

## DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é Recorrente R. R. DA SILVA MINIMERCADOS e Recorrido *Célula de Julgamento de 1ª Instância*, resolvem:

A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para afastar a preliminar de nulidade, arguida pela recorrente, tendo em vista a competência do autuante, conforme art. 2º, parágrafo 1º, VI, do Decreto nº 29.978/09. No mérito, por decisão unânime, confirma a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, a dotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Ausente, o Conselheiro José Moaceny Félix Rodrigues.

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 06 de 08 de 2013.

Francisca Marta de Sousa  
Presidenta

Alexandre Mendes de Sousa  
Conselheiro Relator

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto  
Conselheiro

Mônica Figueiras Menescal  
Conselheira

Antonio Gilson Aragão de Carvalho  
Conselheiro

Matheus Viana Neto  
Procurador do Estado

Annelina Magalhães Torres  
Conselheira

José Gonçalves Feitosa  
Conselheiro

José Moaceny Félix Rodrigues  
Conselheiro

André Aílas de Aquino Martins  
Conselheiro